



Para além de uma análise de conjuntura do Brasil atual

Beyond an analysis of the current situation in Brazil

Michelli Possmozer¹
michellispo@gmail.com

Recentes acontecimentos na conjuntura sociopolítica brasileira têm mobilizado pensadores das ciências política e humanas a buscar explicações para os fatores que nos trouxeram ao ponto em que estamos. E é este esforço, de pensar a realidade da cena política e social do Brasil, que perpassa o livro *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*, organizado por Ronaldo de Almeida e Rodrigo Toniol.

A relevância desta coletânea de artigos não está somente no seu aspecto contemporâneo, mas ainda na urgência de se compreender fenômenos situados em uma ótica mundial e que afetam a sociedade brasileira. Professores e pesquisadores de áreas diversas, tais como Ciência Política, História, Antropologia, Psicanálise e Filosofia, apresentam suas pesquisas reunidas nos seis capítulos do livro. Sob diferentes perspectivas, realizam uma análise de conjuntura sobre o contexto social e político brasileiro desde as manifestações de junho de 2013 até o momento do julgamento do impeachment de Dilma Rousseff, período marcado pelo (re) surgimento nas ruas de uma direita conservadora. O livro é resultado do Fórum "Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos", ocorrido em agosto de 2016, na Universidade Estadual de Campinas (SP), realizado um dia antes da votação do impedimento da então presidente.

Conforme é ressaltado na introdução, a análise destes três conceitos – conservadorismos, fascismos e fundamentalismos – é importante, pois os mesmos têm sido mobilizados com frequência na cena midiática e não devem ser tratados com superficialidade, mas sim vistos como "categorias analíticas" e "fonte de um repertório simbólico que, embora lastreado pela história, ultrapassa a especificidade de seus eventos originários" (ALMEIDA; TONIOL, 2018, p.8). Diferentemente do que se pode pensar a uma primeira vista, esta coletânea não traz em seus textos definições acabadas sobre essas categorias, mas reflete sobre os seus usos na conjuntura política atual e acerca de sua variabilidade de definições.

No primeiro capítulo, o Doutor em Ciência Política Joanildo Burity se propõe a responder à questão que intitula este capítulo: *A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?* Nesse texto, Burity leva o leitor a refletir sobre o papel das religiões na conjuntura política atual, sobretudo, a atuação de evangélicos pentecostais, e acerca da natureza do conservadorismo no país. Embora Burity não defenda a religião como isenta de qualquer tipo de intencionalidade, ele salienta que a tese da privatização da religião no espaço público pode levar a conclusões precipitadas, como a de que o conservadorismo seria específico do religioso, o que, para ele, não se sustenta.

Para Burity existe, sim, uma onda conservadora nos contextos político, religioso e social brasileiros, no entanto, a sua principal tese é que esse movimento

¹ Mestre em Ciências Sociais (Ufes) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da UENF.

está permeado por fatores multicausais e circunscrito em um cenário internacional. Assim, acontecimentos ocorridos nos últimos 17 anos descortinaram conflitos e acirramentos nos campos institucional, econômico, social e cultural, trazendo-nos a um contexto de **intensificação da polarização política**. E, segundo o autor, enquanto todas essas transformações vinham ocorrendo no cenário mundial, o Brasil caminhava na contramão desse movimento, com um governo progressista e com promoção de políticas públicas para as minorias. Contudo, após 2013 a reação conservadora também atingiu a conjuntura brasileira.

A partir de uma breve apresentação de conceitos que constituem o termo *fundamentalismos* – no plural, já que não há uma única definição – Burity argumenta que não faz sentido o emprego dessa categoria hoje para definir a atuação de religiosos na política brasileira e que é preciso, portanto, posicionar melhor os evangélicos no jogo político, a começar pelo esclarecimento de que no meio pentecostal há várias contracorrentes. Apesar de o autor realizar uma vasta discussão sobre *fundamentalismos*, o mesmo não se dá com o termo *conservadorismos*, o que vem a ser um dos pontos fracos deste artigo.

No segundo capítulo, Alvaro Bianchi e Demian Melo respondem à pergunta que intitula o artigo: *Donald Trump é fascista? Os autores discorrem sobre o conceito de fascismo – e as definições contemporâneas que decorrem deste, como o pós-fascismo – a fim de explicar por que é precipitado classificar o presidente dos Estados Unidos como fascista. Contrariamente ao que pode parecer ao senso comum, Trump não representa uma novidade na cena política norte-americana. Segundo os autores, presidentes anteriores como Nixon, Reagan e Bush declararam preconceito contra imigrantes, colocaram-se contra movimentos LGBT e declararam que o país estaria sob a ameaça do comunismo e, por isso, seria necessário um governo forte e que fosse capaz de reestabelecer a ordem.*

Bianchi e Melo admitem que o governo de Trump se aproxima de grupos extremistas e até chegou a nomear alguns desses representantes em seu governo, como foi o caso do Steve Bannon e da Betsy Devos, o que poderia colocá-lo como o governante que tenha ido mais longe nesse tipo de nomeação. Contudo, isso não é suficiente para afirmar que é fascista e que os grupos extremistas são maioria em seu governo. Até porque esses movimentos extremistas contemporâneos não desejam provocar uma mudança profunda no sistema socioeconômico, como estava explícito na retórica dos movimentos fascistas históricos. Ademais, para um governo ser denominado fascista, deveria haver um movimento de massas militarizado e devidamente organizado, bem como outras características.

No terceiro capítulo – *Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)* – Luciana Tatagiba chama a atenção para a urgência de se construir um arcabouço teórico e empírico que dê conta de explicar os complexos processos que vivenciamos no cenário sociopolítico. Segundo ela, a importância de entender esses movimentos está no protagonismo das direitas nas manifestações públicas, que, até este momento, eram majoritariamente realizadas por

movimentos de esquerda. Tatagiba diferencia protestos de movimentos sociais que, embora sejam tratados como sinônimos, resguardam algumas diferenças. A autora utiliza, portanto, o termo "protestos à direita", pois, embora as direitas estejam se mobilizando nas ruas, para ela, isso não as constitui enquanto um movimento social de direita, já que seria preciso haver pluralidade, engajamento e uma identidade compartilhada, numa ação que está para além dos eventos determinados.

Entretanto, tal ponto de vista pode ser questionado. Uma vasta pesquisa desenvolvida por Casimiro (2016) denota que as novas direitas no Brasil se constituem, desde a década de 1980, como *aparelhos privados de hegemonia*, cuja organização se dá a partir de organizações, entidades e associações que possuem um projeto político-ideológico orquestrado com vistas à manutenção de seu domínio sobre as classes subalternas. Nesse contexto mais amplo, os protestos de 2013 não poderiam ser tratados como eventos isolados, mas sim frutos de uma conjuntura sociopolítica que já vem se desenhando há décadas no país.

Tatagiba também salienta sobre a peculiaridade em se estudar esses protestos em decorrência da pouca literatura sobre o tema e da própria especificidade do estudo, tendo em vista o seu aspecto plural, isto é, falamos em *direitas* e não em uma direita única e homogênea. A análise da pesquisa debruçou-se sobre os 143 "protestos à direita", o que representou 10,5% do total de protestos ocorridos entre 2011 e 2016. Para tanto, foi utilizada a metodologia de Análise de Eventos de Protesto (AEP), a qual "[...] permite identificar as relações entre as dinâmicas de mobilizações e o contexto político, captando a variação na ocorrência e nas características do protesto ao longo do tempo, da área geográfica e dos temas/ movimentos" (TATAGIBA, 2018, p. 95).

Nesse sentido, a autora aponta as principais demandas dos "protestos à direita", que estiveram centradas: no combate à corrupção, crime que foi colocado não apenas na conta do PT, mas dos partidos de esquerda de forma geral, que passaram a ser hostilizados; e a defesa da autoridade, que embute as pautas de defesa da família e da ordem, demandas que tiveram ampla participação de católicos e evangélicos que foram às ruas para defender projetos de lei, como o Estatuto do Nascituro, cuja proposta é dificultar a realização do aborto mesmo em casos de estupro. Já no que compete aos protestos em favor da ditadura, esses causaram divergências até mesmo dentro do próprio movimento e não tiveram tanta adesão, tendo em vista que a opinião majoritária entre os protestantes era pela democracia.

No capítulo quatro, o psicanalista Tales Ab'Sáber faz uma análise do filme *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, gravado em duas etapas, entre o período de 1964 e 1984. O filme era uma espécie de ficção misturada com documentário, com o intuito de denunciar a violência nos latifúndios. O filme começou a ser filmado em 1964, mas teve as filmagens interrompidas poucos dias antes de se suceder o Golpe, de 31 de março daquele ano.

Ab'Sáber trabalha a construção da ideologia como processo psíquico, partindo da análise da película cinematográfica para estabelecer uma analogia com o momento atual. Para o autor, o

que a sociedade brasileira vive hoje traz resquícios de um passado que não foi devidamente elaborado na esfera real, o que traz efeitos perversos no campo simbólico, resultando em ódio, violência e desigualdades. E essa ideologia vem sendo construída para apagar as conquistas sociais e o desenvolvimento econômico decorrentes do período dos governos petistas de forma semelhante a que buscou extinguir de nossa história o passado violento, marcado pela ditadura militar. Assim, o título do texto – *Crise, alucinose e mentira: o anticomunismo do nada brasileiro* – resume precisamente a essência do artigo: a retórica apaixonada de combate à corrupção e anticomunista que temos visto emergir nas ruas é fruto de um processo recorrente, e que é característico do Brasil, de enganar por meio da manipulação do jogo político com vistas à manutenção do *status quo* de pequenos grupos. Dessa maneira, o autor foi feliz ao resgatar um importante período histórico na história do país que pode ser usado analogamente para a compreensão da conjuntura política atual.

No quinto capítulo – *Antibolivarianismo à brasileira* – Yara Frateschi discute a medida provisória 726, de 12 de maio de 2016, cujo objetivo implícito era cessar o diálogo com os movimentos sociais ao extinguir a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial – criada em 2003 – e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. Segundo a autora, o Congresso passa a travar uma batalha contra o Antibolivarianismo a partir do decreto presidencial de 23 de maio de 2014, que instaura a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Para Frateschi, o discurso contra o bolivarianismo como se este representasse uma ameaça à democracia era, na verdade, uma cortina de fumaça para despistar outro receio do governo: a ampliação da participação dos movimentos sociais na esfera pública.

A autora relata que, na época de criação da PNPS, editoriais jornalísticos foram contra essa política, classificada como inconstitucional, uma vez que a sociedade já estaria representada pelos parlamentares no Congresso, sendo, portanto, bolivarianismo qualquer outra forma de participação social. Essa retórica também foi sustentada por deputados e senadores em plenário, tanto que o decreto 8.243, que instituiu a PNPS, foi abolido por meio da aprovação do decreto 1.491, que obteve 294 votos favoráveis e apenas 54 votos contrários. Assim, Frateschi (2018, p.158) formula a sua tese: “O traço reacionário e elitista dessa reação revela-se, assim, na tentativa de bloquear o desenvolvimento e a consolidação de uma cultura cívica de participação pública que teria potencial para colocar em xeque os grandes arranjos de poder.” A análise feita pela autora é importante porque traz um episódio que atinge diretamente a democracia, um assunto urgente, sobretudo na conjuntura atual.

Por fim, no último capítulo, Ronaldo de Almeida disserta sobre a maneira como a parcela visível e hegemônica dos evangélicos – uma categoria marcada pela heterogeneidade e difusão – se mobiliza na chamada “onda conservadora”. A partir da análise de discursos proferidos na votação do impeachment de Dilma Rousseff, o autor identifica a coexistência de quatro linhas de forças sociais que atuam na configuração do conservadorismo atual. São elas: 1) economicamente liberal; 2) disputa

pela moralidade pública; 3) movimentações políticas que apontam para o endurecimento dos aparelhos punitivos do Estado; e 4) qualidade e intensidade das interações sociais no cenário de polarização política. Almeida argumenta que a influência conservadora que hoje permeia os poderes legislativo e executivo não advém somente dos evangélicos. Conforme sugere o título deste capítulo – *Deuses do Parlamento: Os impedimentos de Dilma* – essa onda conservadora é articulada também por integrantes de outras religiões e não religiosos (deputados federais com profissões distintas, tais como empresários, advogados e policiais), no entanto, todos convergem para o mesmo objetivo: a derrota de um inimigo em comum, que, naquele momento, era a ex-presidente Dilma Rousseff. O autor fala em *deuses* e cita outras religiões, mas dá destaque somente aos evangélicos, o que representa uma lacuna em seu artigo.

Uma das contribuições do livro é o auxílio na compreensão dos novos elementos que emergem na conjuntura atual. Talvez, no momento de publicação da obra, quando ainda não tínhamos o resultado da eleição presidencial, o cenário de forças das direitas no Brasil fosse outro, pois certamente a vitória de Jair Bolsonaro trouxe uma nova configuração à Direita no país, o que demanda a continuidade de pesquisas na área da ciência política. Nesse sentido, os resultados e as reflexões suscitadas nesses artigos são relevantes, mas não se esgotam e, ao que indicam alguns acontecimentos recentes, são necessárias mais investigações. Como é o caso do protagonismo assumido pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) na cena política, desde a eleição de seu atual presidente, o pastor e deputado federal Silas Câmara. Após essa mudança de gestão, o estatuto da FPE sofreu modificações e, embora os pesquisadores Joanildo Burity e Ronaldo de Almeida tenham ressaltado o aspecto divergente e heterogêneo dos “evangélicos” no Congresso, a atual presidência da FPE parece trabalhar em prol de sua unidade, cujo objetivo é defender as bandeiras levantadas por essa Frente (defesa da vida e da família, “liberdade religiosa”, entre outros). Outro aspecto que chama a atenção é que, diante do estudo de Casimiro (2016), a resistência da pesquisadora Luciana Tatagiba em tratar as manifestações de 2013 como movimento, denominando-as como “protestos à direita”, parece minimizar o fenômeno das novas direitas no Brasil, bem como sua capacidade organizativa.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)*. Niterói. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2016.

Submetido: 03/07/2020

Aceite: 17/12/2020